

A terceira fase da renegociação da dívida externa

Toda a economia nacional acha-se hoje na dependência das decisões que serão tomadas, nos próximos dias, pelo *board* do Fundo Monetário Internacional e pelas diretorias dos bancos credores de nosso país. Trata-se de etapa ~~absolutamente~~ necessária do processo de renegociação da dívida externa e todos devemos desejar que se cumpra o quanto antes, embora sabendo que isto depende, em parte, da aprovação do Decreto-Lei nº 2.065 pelo Congresso. Depois de efetivada essa aprovação, haverá um alívio na angústia cambial que atormenta os círculos empresariais e governamentais, mas nem por isso estará resolvido algum dos problemas reais atinentes ao balanço de pagamentos e a seus influxos sobre a economia nacional. No momento mesmo em que se encerrar esta segunda fase da renegociação da dívida externa, será necessário iniciar a terceira, para se chegar a uma situação capaz de proporcionar tranquilidade à Nação e aos credores estrangeiros.

O governo poderia ser tentado a ceder aos argumentos, por vezes brilhantes, daqueles que preconizam a decretação, aliás sob diversas for-

mas, de uma moratória unilateral. Seria certamente o pior erro que poderia cometer, e suas consequências, tanto econômicas como políticas, seriam desastrosas. O corte das importações que se seguiria a essa decisão precipitaria o País na mais grave e longa recessão de sua história, e suas instituições políticas seriam, certamente, abaladas e revolvidas.

A renegociação é, antes de tudo, um processo diplomático: exige paciência, habilidade e, naturalmente, uma certa boa fé. Não pode consistir num ato de prepotência, sobretudo por tratar-se de um país como o nosso, que, carecendo de reservas internacionais e não sendo auto-suficiente no abastecimento de petróleo, pode, com sua capacidade limitada, deixar alguns bancos credores em situação difícil.

Devemos, pois, aceitar a presente fase de negociação, conscientes, porém, de que, embora vá resolver os problemas de curto prazo, não arrancará o País da inconfortável situação em que se encontra. Convém deixar bem claro que esta afirmação nada tem a ver com as exigências feitas pelo FMI, que, se forem respeitadas

com a necessária habilidade, só poderão ajudar o Brasil a vencer as dificuldades internas. A questão é que a obtenção de novos empréstimos, destinados a honrar os compromissos com juros, está perpetuando e agravando o desequilíbrio do balanço de pagamentos. A matemática mais elementar mostra-o claramente. Este ano, segundo as estimativas do governo (a nosso ver muito otimistas), o País terá de desembolsar, para pagamento de juros, 10,4 bilhões de dólares, além de 4,4 bilhões para pagamento dos outros serviços. Para isso, disporá do superávit de 6,3 bilhões de dólares na balança comercial. Portanto, somente contraindo novos empréstimos poderá fazer frente a tais compromissos. No próximo ano, admitindo-se que as taxas de juros no mercado internacional permaneçam estáveis, os juros a pagar somarão 11,5 bilhões e o déficit dos outros serviços, 4,2 bilhões. O País está sonhando — sem estar certo de não ser apenas sonho — com um superávit de 9 bilhões de dólares na balança comercial. Terá ainda um vultoso déficit a cobrir com novos empréstimos, e isso sem poder amortizar a dívida antiga. O serviço da dívida externa estará crescendo e,

dependendo da taxa de juro no mercado internacional, poderá crescer em progressão geométrica...

A fim de sair, de modo satisfatório, do atual *impasse*, o Brasil precisa conseguir renegociar os juros, para reduzir o pagamento destes a um nível compatível com o superávit da balança comercial. Importa ressaltar que alguns dos grandes bancos, aliás dos mais intransigentes com o Brasil, estão cientes de que, para eles, seria mais negócio reduzir os juros, mesmo sofrendo perda, do que se exporem ainda mais ao "risco Brasil". Nosso governo deve aproveitar essa oportunidade e talvez tentar convencer os diversos bancos centrais dos países credores da necessidade de colaborarem no sentido dessa solução.

Essa negociação, na qual o Brasil pode ser ajudado pela atitude do novo governo argentino — evitando, porém, qualquer "cartel dos endividados" —, afigura-se possível, desde que, por um lado, não se recorra à arma da moratória e, por outro, que se mostre disposição de seguir à risca um programa de ajustamento — que não equivale a um programa de recessão.